



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS E OS REFLEXOS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLEONICE CORREIA ARAUJO ¹

MARIA EUNICE FERREIRA DAMASCENO PEREIRA ¹

RESUMO

O artigo discute o processo de formação profissional de assistentes sociais e as incidências no exercício laboral na Política de Assistência Social/SUAS. Resulta das reflexões e pesquisas desenvolvidas pelas autoras no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Pobreza e as Políticas Direcionadas à Pobreza - Gaep. Articula e situa esse debate no bojo dos processos de expansão e privatização do ensino superior e de inserção precarizada no mundo do trabalho. Nesse sentido, aponta que a formação precarizada e aligeirada impacta e se expressa no exercício cotidiano do trabalho profissional à medida em que retoma a perspectiva fundada na razão instrumental valorizando o empirismo, aprofundando o pragmatismo e o imediatismo do exercício profissional.

Palavras-chaves: Formação Profissional, Trabalho, Assistência Social, trabalhadores, capitalismo, crise capitalista.

ABSTRACT

The article discusses the process of professional training of social workers and the impact on the work exercise in the Social Assistance Policy/SUAS. It results from reflections and research developed by the authors within the scope of the Study and Research Group on Poverty and Policies Directed to Poverty - Gaep. It articulates and places this debate in the midst of the processes of expansion and privatization of higher education and precarious insertion in the world of work. In this sense, it points out that precarious and light training impacts and expresses itself in the daily exercise of professional

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Maranhão

work as it resumes the perspective founded on instrumental reason, valuing empiricism, deepening the pragmatism and immediacy of professional practice.

Keywords: Professional Training, Work, Social Assistance, workers, capitalism, capitalist crisis.

1 INTRODUÇÃO

O artigo aqui proposto e submetido a avaliação do XVII ENPESS discute a precarização da formação e do trabalho profissional das (os) assistentes sociais no Brasil. Situa esse debate no bojo do processo de expansão e privatização do ensino superior e articula com o movimento de inserção precarizada desses profissionais no mundo do trabalho, com o objetivo de demonstrar que os processos de precarização existentes na formação e no mercado de trabalho tem se expressado nos espaços laborais ocupados por assistentes sociais, em particular na Política Pública de Assistência Social.

Cumprir dizer que entende-se que o trabalho e a formação são totalidades sociais inseridas em determinações sociohistóricas mais amplas, assim, tanto as questões pertinentes ao mundo do trabalho, quanto aquelas presentes na formação profissional devem ser entendidas como parte do conjunto de estratégias que tem sido impostas pelo processo de redefinição capitalista para fazer à crise sem precedentes que temos vivenciado, crise que não é só econômica, como bem assevera Gouvêa, 2020, p. 21 [...] vive-se uma crise orgânica de sobreacumulação com abrangência multidimensional (econômica – não apenas ‘financeira’ – política, geopolítica, hegemônica, ambiental, ‘civilizatória’ – e da própria noção de ‘civilização’, isto é, dos próprios valores da modernidade capitalista) – Crise da própria sociabilidade, que inflexiona todos os âmbitos da vida social: o mundo do trabalho e da produção, o Estado e suas funções, as Políticas Públicas em geral, da qual a Educação é parte e o Serviço Social como profissão também não fica imune.

É nesse contexto de crise e de intensas mudanças, inclusive de caráter

societárias² que situamos tanto a política de educação superior em geral, quanto a formação específica das (os) assistentes sociais e também a inserção laboral desses profissionais, pois temos claro que tais processos não se fazem dissociados das determinações político-estruturais mais amplas. Assim, entende-se que o processo de mercantilização do ensino superior rebate na formação Profissional das (os) assistentes sociais e expressam as mudanças adotadas pelo Estado brasileiro nos últimos decênios em cumprimento aos preceitos dos organismos internacionais como: Banco Mundial, BID, BIRD, e os ditames também colocados pela Contra Reforma do Ensino Superior, que iniciou com a aprovação e implementação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 a qual já deixou “brechas” para o ensino EAD que, posteriormente se presentifica com a instalação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A partir daí vamos evidenciar o exponencial crescimento do setor privado lucrativo no campo da educação superior conforme ficam demonstrados nos índices a seguir:

No período 1999–2018, destacam-se os seguintes números [...] 131% de aumento do total de IES; 55,7% de IES públicas; 147,3% de IES privadas, mas dentre estas, 958,1% das com fins lucrativos contra apenas 21,6% das sem fins lucrativos. [...] O Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) implementado de 2007 a 2012, que praticamente dobrou o número de matrículas das IES federais neste período. No caso das IES privadas com fins lucrativos, deveu-se, de modo especial, à ampliação da oferta de cursos, pelo barateamento das mensalidades e pelo aumento da oferta da educação a distância (EaD) SGUISSARDI, 2020, p. 216.

De fato, tem ficado demonstrado que ao mesmo tempo em que incorpora as premissas neoliberais o Estado brasileiro também adota diversas estratégias no sentido de transformar a educação pública em educação pública não estatal e de incentivo ao empresariamento do ensino superior. Ademais, no mesmo processo, efetua a crescente redução dos investimentos públicos para as instituições federais públicas impulsionando “o seu sucateamento”, ou seja, deixa explícito que são

2A disputa teórica no âmbito da formação profissional, neste cenário, é parte da luta mais geral, porque se conecta com o projeto de defesa dos interesses da classe trabalhadora deste país. Porém, tal disputa ocorre em um campo de batalha novo e distinto, que é a crise humanitária. Crise esta que possui elementos econômicos, socioculturais, ideológicos e políticos, mas é imperioso reconhecer que ela desnuda profundamente a desigualdade estrutural que fundamenta nossa sociedade, não só como estrutura teórica e política constitutiva das relações capitalistas. Esta crise desnuda a forma material na ponta da vida de cada sujeito da classe trabalhadora (BARBOSA. Marina, 2021, p. 8)

movimentos que se articulam e contribuem para promover a reconfiguração da área da educação superior. Paralelo a isso, vê-se também que o discurso estatal se volta para difundir a necessidade de formar profissionais de novo tipo, competentes e, sobretudo, sintonizados com a lógica empresarial e empreendedora.

Assim afirmam Duarte; Lima; Prestes e Queiroz (2020, p. 245)

Na conjuntura brasileira, as contrarreformas neoliberais do Estado iniciadas na década de 1990 têm avançado, respondendo às insaciáveis requisições e demandas do capital, a partir dos eixos flexibilização, desregulamentação e privatização. Tal cenário tem exposto a Política de Educação Superior brasileira a um conjunto de contrarreformas neoliberais, pautadas pela concepção de educação como serviço não exclusivo do Estado, em detrimento da garantia do direito à educação, com ênfase na produtividade, no empresariamento da educação e na certificação em larga escala (LIMA, 2007), alterando a lógica da formação e as condições de trabalho nas universidades públicas.

De acordo com Marilena Chauí (1999), a universidade vai sendo transformada para “universidade operacional”, deixando de ter a função de produtora de conhecimento, pois, o conjunto de mudanças impostas alteram a concepção de educação superior e de Universidade, as suas funções precípuas são corroídas³, haja vista que Estado nesse contexto neoliberal adotou duas estratégias concomitantes: a transformação da educação pública em educação pública não estatal e a expansão do nível de ensino superior para instituições voltadas somente para a função ensino. Assim, as instituições de ensino privado podem realizar um ensino de excelência nos centros universitários ou um ensino de natureza cognitiva mais restritiva nas faculdades integradas, nas faculdades e nos institutos ou escolas superiores.

Diante do exposto é possível afirmar que a contrarreforma do ensino superior tem implicado em profundas mudanças na concepção da universidade, na própria produção de conhecimento e no processo de formação profissional. Vemos que essa política de expansão/mercantilização da forma como tem ocorrido alterou o sentido e a própria concepção de ensino superior acadêmico na medida em que restringiu o sentido desses espaços de formação desobrigando-os de fazer pesquisa

³De acordo com Duarte; Lima; Prestes e Queiroz (p. 245), pois vai [...] perdendo o seu caráter universal e sendo estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, manifestando, assim, a atualidade do padrão dependente de educação superior inerente ao capitalismo dependente, conforme analisado anteriormente. Seu pressuposto é a competitividade e as estratégias particulares, reforçando o individualismo e o mérito individual, o que contribui para a diluição da fronteira público e privado [...]

e produzir conhecimentos, ao mesmo tempo em que estabelece a possibilidade dessas instituições serem escolas de 3º grau que titulam massivamente.

Essa situação se aprofunda no cenário mais recente, pois o Golpe de 2016 e o ascenso de forças sociais neoconservadoras intensificaram as medidas de contrarreformas⁴ e a presença dos interesses privados - mercantis no campo da educação. Assim, consoante SGUISSARDI, p. 210 [...] desde o impeachment/golpe de agosto/2016, pode-se afirmar que os interesses privados - mercantis se acentuam no âmbito do Estado e explicam a ausência de expansão da IES pública e a continuidade da expansão do setor privado em nível nacional.

É nesse cenário de incremento a privatização e empresariamento da educação superior com os inúmeros desafios que estão sendo postos para a formação e em decorrência, para o exercício laboral, é que se efetiva a disputa teórica no campo da formação profissional de assistentes sociais que tem sido marcada pelo crescimento da oferta de vagas⁵ na modalidade EAD⁶ que compromete a formação e acentua a precarização, condições bastante afinadas com a lógica do modelo educacional disseminado no tempo presente.

De acordo com Duarte; Lima; Prestes e Queiroz (p. 250-251), a

4Ainda segundo Duarte; Lima; Prestes e Queiroz (p. 245), A lógica privatizante que caracteriza o padrão dependente de educação superior no Brasil será aprofundada e ampliada no governo Michel Temer (2016/2018). O tripé ajuste fiscal para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública; diminuição da alocação da verba pública para o financiamento das políticas públicas, entre estas, a educação superior, e fortalecimento do setor privado, via fundo público, constituiu o eixo condutor da contrarreforma do Estado e da educação superior no referido período.

5Não resta dúvida de que o acesso ao ensino superior no Brasil sempre foi muito restrito, mesmo elitizado, fato que impôs muitas críticas, lutas e embates com vistas a um processo de democratização e expansão de modo a possibilitar que os segmentos menos abastados da população pudessem exercer o direito de acessar os níveis universitários de educação. Porém, o atendimento a essa demanda social historicamente foi feito por meio de incentivo a compra de vaga na rede privada através do uso de recursos públicos via programas de Crédito, a exemplo do FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Outra medida adotada mais recentemente foi a criação do sistema de cotas, estratégia ampliada no âmbito das IES públicas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva o qual também instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), através do qual assegurou o acesso gratuito em IES privadas para alunos de baixa renda.

6 [...] o período compreendido entre 1991 e 2019, ou seja, em 28 anos, é possível constatar que o número de cursos presenciais de Serviço Social cresceu 510,0%, em 1991, havia 70 cursos, enquanto em 2019, já eram 427 cursos. A expansão no número de cursos presenciais de Serviço Social no país ocorreu de forma mais intensa na rede privada do que na pública, apresentando números mais expressivos na modalidade a distância. Para se ter uma ideia desse crescimento, entre 2009 e 2019, o número de cursos à distância da rede privada aumentou 572,7% (Relatório Técnico nº 03/2021- Fundação Cesgranrio).

precarização da formação está expressa no:

- a) aligeiramento da formação profissional com o EaD, especialmente pelo crescimento dos cursos privados, dificultando o acesso dos estudantes a uma educação que contenha pesquisa e extensão, com incentivo à capacidade investigativa e propositiva que fuja das respostas imediatas indicadas pelo mercado;
- b) incidência determinante do mercado no ensino, na pesquisa e na produção do conhecimento, além de comprometer a formulação de questões (e a busca por respostas) que atinjam a coletividade e que afligam de fato a classe trabalhadora;
- c) tendência de descaso com o rigor teórico metodológico/científico diante do estímulo à imediatividade posta como realidade, desqualificando a distinção fundamental entre aparência e essência;
- d) formação voltada para o fornecimento imediato de mão de obra necessária à reprodução do capital, em detrimento da educação como possibilidade também de desenvolvimento de capacidades humanas e que pense a sociedade e seus problemas de forma crítica;
- e) estímulo a um perfil profissional que não preze pelo conhecimento crítico que garanta o entendimento da complexidade da realidade social e das profissões nela inserida.

No caso específico da formação de assistentes sociais temos presenciado que ela tem se efetivado, sobretudo, através de instituições privadas⁷ com um grande peso da modalidade EAD. Maciel (2020, p. 252) com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) mostra que:

[...] no universo de 451 unidades de formação em atuação 379 são privados e 72 são públicas. Desse universo, 418 ofertam cursos nas modalidades EAD e presencial. Com o diferencial de que das 33 que ofertam na modalidade EAD apenas uma delas se caracteriza como universidade e tem natureza pública as demais são 13 Centros Universitários e uma é faculdade.

O panorama expresso nos dados do INEP nos indica que a formação tem sido realizada predominantemente de forma privatizada, ofertada quase sempre através de faculdades ou Centros universitários, ou seja, sem a articulação e a vivência do ensino, pesquisa e extensão, haja vista que tais instituições, por sua natureza, não são universitárias e por determinação legal, não precisam, implementar políticas de pesquisa e extensão, o que só compete as universidades que no caso das federais, têm sofrido constantes cortes de recursos, sobretudo para fomento à pesquisa e aos programas de bolsas de iniciação científica. Sem falar nos

7 Maciel (2020, p. 252), com base nos dados do INEP mostra que [...] no universo de 451 unidades de formação em atuação 379 são privados e 72 são públicas. Desse universo, 418 ofertam cursos nas modalidades EAD e presencial. Com o diferencial de que das 33 que ofertam na modalidade EAD apenas uma delas se caracteriza como universidade e tem natureza pública as demais são 13 Centros Universitários e uma faculdade.

ataques e desmontes que têm sido praticados no âmbito da pós-graduação. Desse modo, incrementa-se concepção de educação terciária defendida e difundida pelo Banco Mundial (Lima, 2020) com implicações no processo de formação e intervenção profissional, especificamente nas áreas das ciências sociais humanas e aplicadas.

2. OS REBATIMENTOS DA PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO E OS TRABALHADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A discussão até aqui efetuada tem presente a importância de não seccionar a análise da formação e do exercício profissional, pois elas devem ser entendidas enquanto totalidade, nesse sentido, a realidade concreta tem evidenciado que a formação precarizada e aligeirada tem trazido “prejuízos” à categoria profissional na medida em que tem sido ofertada na maioria das vezes mantendo a dissociação entre a prática e os processos de investigação, privilegiando ou retomando a perspectiva fundada na razão instrumental que valoriza o empirismo.

Desse modo, essa formação profissional dá relevo ao pragmatismo, ao imediatismo do exercício profissional e tende a enfatizar a organização dos processos operacionais por tarefas específicas reiterando o positivismo estruturalista a partir da apreensão da realidade de forma imediata, limitada, conseqüentemente mais despolitizada, menos crítica. Nesse sentido, tem sido evidenciado que o (a) profissional egresso (a) dessa formação, ao se inserir nos espaços laborais não consegue problematizar o seu cotidiano profissional enquanto totalidade sócio-histórica. Da mesma forma, também não consegue identificar a correlação de forças presente no âmbito das políticas públicas, sobretudo quando estão inseridos (as) na execução das políticas sociais.

No campo da Política de Assistência Social verifica-se que os (as) profissionais quase sempre não conseguem compreender a sua ação profissional enquanto prática política e como tal, inserida no âmbito das relações sociais mais amplas de modo a entender e articular as demandas que chegam cotidianamente

como resultantes da contradição capital x trabalho.

Essa incapacidade de problematizar o trabalho e as refrações da questão social com que lidam no cotidiano, também se expressa na forma como percebem o “usuário” dos serviços. Este nunca ou quase nunca é entendido como trabalhador sobrando da superpopulação relativa do modo de produção. Na verdade, ele é visto e tratado como um “vulnerável” que vive em situação de “risco”, ou seja, descolado da sua condição de classe e como “portador da situação que o vulnerabiliza” que não é entendida como resultante das contradições decorrentes das assimetrias típicas da sociedade estruturada em classes, mas sim como ausência de condições ou de capacidades, reforçando-se enfoques conservadores, a-históricos que escapam da perspectiva de totalidade social. Afinados, portanto, com a formação que receberam que enfatiza a chamada “prática profissional” como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade.

Em face dessa fragilidade teórico-metodológica e ético-política, não organizam ações que incentivem o protagonismo desses usuários para que se reconheçam como sujeitos políticos de direitos, no geral, as demandas são trabalhadas de forma individualizada e entendidas como expressões da condição de vulnerabilidade social.

Cabe assinalar que esse conjunto de evidências exprime limitações teóricas fundantes que certamente irão rebater na compreensão e definição teórico-metodológica das abordagens que esses profissionais utilizarão para trabalhar as refrações da questão social (objetos da intervenção) que os deferentes sujeitos “usuários” da Política trazem para o cotidiano do exercício profissional dos (as) assistentes sociais, ou seja, estamos presenciando profundas alterações no perfil profissional que tanto defendemos, perfil esse que está alicerçado nas Diretrizes Curriculares, nas Normativas da profissão – Código de Ética e Lei de Regulamentação, enfim no Projeto Ético Político profissional.

Está em curso uma formação que requisita um profissional com perfil cada vez mais pragmático, adaptativo que aprende fazendo, reiterando cada vez

mais a alienação, um profissional que vê a “prática” como uma relação singular entre ele e o usuário de seus serviços (seu “cliente”), desvinculada da questão social numa perspectiva focalista de base empirista, imediatista e descritiva da sociedade e do exercício profissional que tende a subestimar o rigor teórico-metodológico de análise da sociedade e da profissão essa apontada como excessivamente “teórica”.

Esses profissionais têm pressionado as entidades representativas da categoria, em particular, o conjunto Cfess/Cress para ofertarem cursos voltados para o aperfeiçoamento dos instrumentais técnicos no âmbito dos processos de intervenção ou de metodologia de intervenção de enfoques psicologizantes de cunho behavioristas como: as terapias integrativas e restaurativas que são centradas nos indivíduos. Essas práticas encontram reforço ou adensamento na citada razão instrumental e se coaduna com a Teoria do Capital Humano que ancora pedagogia das competências e habilidades, na formação profissional.

São fundamentos que se ancoram no positivismo pós-moderno, mas que algumas vezes se apresentam travestidos de um cariz progressista. Eles vão substituindo a subjetividade crítica por uma compreensão mais rápida, fundamentada na lógica pragmática que se coaduna com a perspectiva do cidadão produtivo, conforme apontam estudiosos do tema, a exemplo de Frigotto (2012).

Tudo isso se faz associado aos processos de precarização presentes no mundo do trabalho contemporâneo que além da intensificação da alienação e despolitização também promove a ampliada exploração da força de trabalho. No caso particular das (os) trabalhadoras (es) da Política de Assistência Social temos que no geral, possuem vínculos instáveis, poucas (os) são concursadas (os), os salários que auferem são muito baixos e inexistem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) conforme preconiza a NOB-RH/SUAS/2006.

Ademais, do ponto de vista numérico, ainda são insuficientes para desenvolver as ações conforme previsto no desenho da Política. Além disso, o processo de trabalho que realizam é esvaziado haja vista que executam programas sociais minimalistas e compensatórios em estruturas físicas também ressentidas de condições adequadas de funcionamento, haja vista que essa política pública tem sido crescentemente desfinanciada e sucateada na prestação dos seus serviços.

Sobre o esvaziamento do trabalho dos (as) assistentes sociais no contexto da Política de Assistência Social, Raichelis, (2013, p. 624), assevera que esse fenômeno não está restrito aos trabalhadores desta Política em particular. Na verdade, é parte das mudanças impostas aos setores de serviços das mais diferentes conotações, públicos ou privados. Nesse sentido aponta que:

Tem sido reiterativo o discurso dos(as) assistentes sociais que atuam no âmbito do Suas, SUS e também em outras áreas profissionais, o envolvimento excessivo com o preenchimento de formulários e planilhas padronizadas numa tela de computador, a multiplicação das visitas domiciliares para fins de controle institucional das provisões e prestações sociais, a realização de cadastramento da população que, quando assumidos de forma burocrática e repetitiva, não agregam conhecimento e reflexão crítica sobre a realidade dos usuários e seus territórios de vivência, rebaixam a qualidade do trabalho técnico e impedem que profissionais especializados possam realizar o trabalho intelectual nuançado para o qual estão (ou deveriam estar) capacitados a produzir.

Ainda Raichelis, (2013, p. 625), ao discutir a proteção social e o trabalho da (do) assistente social destaca que:

[...] o conjunto dos trabalhadores sociais, entre os quais o/a assistente social, é afetado pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros.

Yazbek, (2014, p.667), também aduz que o contexto contemporâneo provoca a instabilidade do trabalho na medida em que promove a [...] ruptura entre trabalho e proteção social, condição que vai redefinir as bases dos sistemas de proteção social e as intervenções do Estado no âmbito das políticas sociais⁸.

Podemos assinalar que os processos de precarização presentes na formação e no mundo do trabalho impactam o exercício cotidiano do trabalho dos (as) assistentes sociais, pois as fragilidades teórico-metodológicas, éticas-políticas

⁸Como lembra Yazbek (2001), o pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de "refilantropização do social", já que não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em *dever moral*. Opera uma profunda despolitização da "questão social", ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*. O resultado no campo das políticas públicas na área social, na América Latina, tem sido o reforço de traços de improvisação e inoperância, o funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização do acesso aos serviços dela derivados. Permanecem políticas casuísticas e fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes públicas obsoletas e deterioradas" (Yazbek, 2001:37).

da formação associadas às precárias condições de inserção e alocação desses trabalhadores no âmbito das políticas públicas, em particular, na Assistência Social onde vivenciam: baixos salários, contratos temporários, ausência de direitos, sobrecarga de demandas e funções e os ações fragmentadas e focalizadas acaba levando-os (as) a um exercício laboral limitado, acrítico expresso em ações pragmáticas.

Em um contexto de manifesta disputa pelos fundos públicos, as contrarreformas em desenvolvimento no país, não só restringem os gastos previstos para fomentar as ações de natureza pública, favorecendo a focalização sistemática das medidas de proteção social, como direcionam os recursos para fomentar medidas voltadas para incentivar amplo e rápido processo de desmonte e privatização da coisa pública.

Esse movimento no campo da educação é pernicioso posto que fragiliza as instituições formadoras patrocinando a dissociação entre o trabalho implementado e o processo de reflexão. No âmbito do exercício laboral tal fato implica em que as demandas tendem a ser trabalhadas de forma individualizada e entendidas como expressões da condição de vulnerabilidade social e dos riscos, descoladas de seus elementos fundantes, portanto, como ausência de condições ou de capacidades, reforçando-se enfoques conservadores, a-históricos que escapam da perspectiva de totalidade social distanciados dos elementos que configuram o Código de Ética desses profissionais, particularmente, das (dos) assistentes sociais.

Cumprir destacar a importância e o papel das entidades organizativas da categoria, expressas no conjunto Cfess/Cress e Abepss que nesse processo de intensa precarização da formação e do trabalho tem desenvolvido várias ações de enfrentamento a tais questões. No tocante à formação já foram formatadas várias Campanhas de denúncias enfatizando o processo de mercantilização da formação, especificamente contra a modalidade EAD e os impactos sobre o exercício profissional, além disso, tem-se também a elaboração de algumas normativas (Resoluções), no sentido de disciplinar o trabalho profissional e a realização de inúmeras *lives* objetivando problematizar a formação e os rebatimentos sobre o

exercício profissional. Em síntese, as entidades vem se colocando em confronto desde que se iniciou a oferta de ensino na modalidade EAD denunciando que esta, aligeira e precariza a formação e, por sua vez, impacta o exercício profissional.

Em relação à Política de Assistência Social, também temos presente que essa Política tem sofrido um processo contínuo de desfinanciamento, situação que foi agudizada com a aprovação da EC/95 que limitou os investimentos públicos por vinte anos reafirmando as inúmeras análises que apontam a “perversidade” dessa estratégia e o quanto vem fragilizando a Seguridade Social brasileira da qual essa Política é parte. De fato, temos vivenciado tempos muito difíceis com o acirramento das contradições em decorrência do avanço das ideias ultraliberais que vêm sendo adotadas no país e que têm imposto às políticas públicas em geral medidas severas, sobretudo, com o corte de recursos para o financiamento de suas ações, mas não é só isto. No campo da Assistência Social, por exemplo, temos presenciado o embate com as ideias conservadoras, reacionárias de cunho religioso fundamentalista que buscam se contrapor a vários conceitos que têm subsidiado as ações da Política, o que demonstra que esse contexto de crise tem rebatido nas diversas esferas da vida inflexionando as dimensões econômica, social, política e ideológica impondo mudanças e reformas nas diferentes instâncias da vida social.

Além disso, agregam a esse quadro de acirramento das ideias ultraliberais, a nossa herança também conservadora e autoritária que manteve sempre altos níveis de concentração de renda, um mercado de trabalho desestruturado, com fraca capacidade de incorporação da força de trabalho e baixo assalariamento⁹. O resultado de tudo isto se reflete na crescente precarização das condições de vida dos (das) trabalhadores (as) mesmo aqueles (as) assalariados (as), das demandas geradas e acirradas pelo desemprego, pela pobreza e pelas desigualdades sociais em geral.

⁹ Cumpre destacar que essa situação se agrava com a aprovação das medidas que estabeleceram a desvinculação constitucional de gastos sociais obrigatórios e a reforma trabalhista que privilegia o negociado sobre o legislado.

No âmbito do processo de implementação da Política de Assistência Social através do SUAS isto tem se mostrado no reduzido orçamento que a Política dispõe, na precariedade das unidades públicas (Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - Centros POPs) e no quadro reduzido de trabalhadores que além de mal remunerados quase sempre não possuem vínculos trabalhistas efetivos.

Trata-se de um processo ampliado de precarização que afeta e se expressa na vida dos (das) usuários (as) das ações da Política de Assistência Social, mas também no cotidiano dos (as) trabalhadores (as) engajados (as) na implementação das ações que estão voltadas para o atendimento das necessidades desses sujeitos. De fato, não tem sido fácil trabalhar nesse contexto capitalista contemporâneo que tem colocado radicais transformações societárias e ampliando as desigualdades sociais (YAZBEK, 2016), situação que se complexifica mais ainda com a chegada ao país da pandemia do Corona Vírus a partir do início do ano de 2020, particularmente para os segmentos de: desempregados, subempregados, mulheres chefes de famílias, populações de rua, indígenas, quilombolas, população carcerária, etc, mas também para os (as) trabalhadores (as) engajados (as) nas ações da Política.

É, portanto, com fragilidades que a Política de assistência Social e seus trabalhadores vão se inserir nas ações de atendimento às populações usuárias de seus serviços que são trabalhadores(as) que veem suas condições de vida se agravarem em razão da precariedade das habitações e do saneamento, do desemprego, das condições de saúde, da ausência de rendimentos vida, enfim da pobreza e desigualdade que os atingem em todo o país, e que as medidas sanitárias com vistas à contenção da curva de contaminação pelo Corona vírus vão incidir mais fortemente sobre estas pessoas e suas famílias dificultando ainda mais as suas vidas em razão do desamparo e desproteção a que estão expostos historicamente.

No que concerne aos trabalhadores, constatamos que eles também veem sua situação laboral se agravar, pois, as precárias condições de trabalho

seguem no contexto da pandemia e se presentificam na ausência ou inadequação dos equipamentos de segurança individual, na ausência de treinamentos para trabalhar no contexto da pandemia (inclusive, para evitarem os riscos de contaminação, saberem se cuidar e falta de planejamento e coordenação das ações que passam a realizar.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÕES

As reflexões até aqui expostas revelam um cenário adverso a requisitar esforços coletivos que articulem questionamentos e aprofundamentos de um debate crítico, tendo presente a necessidade e a resistência do pensamento crítico, político, capaz de desvelar a totalidade dos processos em disputa no contexto de um capitalismo não apenas em crise, mas envolto na produção e reprodução de crises cujo enfrentamento opera numa lógica sistematicamente destrutiva. Nessa lógica a destruição de sistemas públicos de políticas sociais, bem como a destruição do trabalho, do seu sentido enquanto construção histórica e das conquistas atinentes a este, assume centralidade, contudo não basta apenas destruir os sistemas do ponto de vista material, mas sobretudo, destruir possibilidades de questionamentos, de contraposições.

Neste sentido, assistimos ao avanço de um negacionismo, expresso dentre outras formas, na negação do pensamento crítico mediante a imposição de medidas que o inviabilizem: o pragmatismo, o aligeiramento, o tecnicismo, o improvisado, o ativismo acrítico, o imediatismo na produção de resultados. Trata-se de medidas que tendem a descolar a realidade de suas determinações históricas, contraditórias, estruturais, econômicas, políticas, sociais, raciais... e focar na imediaticidade, na urgência, no individualismo. Sem dúvida, temos um movimento regressivo com graves implicações para a formação profissional do Serviço Social, para a política social e para a perspectiva ético política de construção de projetos societários.

No caso específico do Serviço Social, importa destacar as lutas históricas da categoria na construção de um projeto profissional orientado por uma

direção social e política estratégica que, confere maturidade teórica, técnica, ético-política, legitimação perante o conjunto da sociedade, e explicita o compromisso da profissão com um novo ordenamento societário desprovido de quaisquer formas de dominação, discriminação e exploração. Essa direção vem sendo construída processualmente mediante amplo debate da categoria acerca do significado sócio-histórico do Serviço Social e sua relação com a realidade, mediante a atuação de assistentes sociais, sobretudo no debate, formulação e análise das políticas sociais. No entanto, os avanços na definição de diretrizes para uma formação e intervenção profissional qualificada se deparam com inúmeros entraves impostos pela ofensiva neoliberal no país, cujas determinações atuam para despolitizar e submeter a formação superior e a intervenção profissional aos ditames do mercado.

Podemos questionar: a quem interessa uma formação pragmática, aligeirada, tecnicista, imediatista, desprovida de criticidade? O que está em disputa? Trata-se de questões que remetem à crise da sociabilidade forjada pelo capital e a produção de estratégias ofensivas para intensificar seu objetivo de ampliar as taxas de lucratividade. Sem dúvida, as estratégias ofensivas do capital impactam na sociedade, nas demandas sociais, nas respostas profissionais, nos movimentos de contestação à ordem vigente tendo em vista a contenção das rebeliões. A fragilização dos movimentos e lutas sociais, do aprofundamento teórico-crítico na formação e no exercício profissional se refletem na minimização da combatividade e da concretização de valores e princípios preconizados no projeto ético-político. É neste sentido que argumentos conservadores avançam na indicação de novas metodologias pautadas na eficácia, na eficiência, na atuação multifacetada, na resolução imediata de problemas sociais e na retomada de ideias como a dicotomia entre matriz teórico-metodológica e intervenção, com ênfase no burocratismo esvaziado de criticidade.

Assim, em contraposição a um projeto profissional ancorado no princípio da defesa intransigente de direitos, avançam projetos que preconizam profissionais afinados com a lógica pragmática, trabalhadores e trabalhadoras que não questionem, que não se rebelem ante desigualdades e empobrecimento crescentes, ante a precarização de suas condições de vida e trabalho, ao desmonte das políticas

sociais, a destruição de direitos e a uma reprodução social mantida a custos cada vez mais restritos ao limite da sobrevivência.

No tocante as políticas sociais, particularmente a Política de Assistência Social, constatamos o acirramento de processos de assistencialização de uma pobreza, focalizada, fraturada. Processos estes cada vez mais distanciados da lógica do direito. No caso de uma Política marcada por trajetórias complexas e adversas na sua constituição como política, pública, protetiva e de direito tem-se retrocessos erosivos que atingem a concepção, a gestão e o financiamento, impactando diretamente no trabalho e nas respostas apresentadas (ou não) aos usuários e usuárias.

No contexto da pandemia ocorre aumento exponencial das demandas pelos serviços socioassistenciais, em geral circunscritas à sobrevivência material dos usuários e usuárias. A Política de Assistência Social é considerada serviço essencial nesse contexto. Contraditoriamente, ante um desfinanciamento crescente há redução da capacidade de respostas mediante encolhimento dos serviços e expansão de programas de transferência de renda temporários, eleitoreiros, orientados pela manutenção da classe trabalhadora desempregada e sem trabalho a baixos custos e pelo rebaixamento salarial numa relação explícita de submissão do trabalho ao capital. Submissão esta que impacta diretamente na intervenção das (dos) assistentes sociais, na precarização das suas condições de trabalho, na fragilização de estratégias de garantia de direitos mediante critérios técnicos, éticos e políticos aludidos na Política de Assistência Social. Configura, portanto, uma tendência que fortalece o conservadorismo na profissão e ofusca a percepção dos processos sociais na sua totalidade, incluindo-se, aqui, aqueles relacionados às condições de trabalho do próprio profissional.

Isso tem reflexos ético-políticos no cotidiano de atuação profissional das (os) assistentes sociais, cujo enfrentamento exige leitura crítica da realidade, bem como redefinição dinâmica das ações em consonância com a direção ético-política da profissão. A dimensão técnico-operativa, articulada às dimensões teórico-metodológica e ético-política, compõem as bases para o exercício da profissão e

para a construção de respostas que se configurem como alternativas para o enfrentamento das demandas que se colocam ao profissional no cotidiano dos equipamentos da Política de Assistência Social.

Tendo presente os limites impostos pelo cotidiano ao exercício profissional comprometido com a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, torna-se fundamental a luta ampliada e permanente pela defesa intransigente dos direitos e da profissão como estratégia para efetivação dos valores democráticos e emancipatórios afirmados no referido projeto, bem como seu embasamento em fundamentos teórico-críticos que deem sustentação ao método dialético de conhecimento e análise da realidade, seus movimentos e contradições.

Os desafios colocados pela sociedade capitalista, na atualidade, exigem clareza e aprofundamento crítico visto que, as questões relativas às necessidades sociais decorrentes da superexploração do trabalho, do empobrecimento, requisitam qualificação teórica, ética, política e técnico-operativa. Projetos profissionais tornam-se necessários e essenciais, articulados a projetos societários emancipatórios para não se sucumbir nas tramas do imediato e no pragmatismo que tem buscado subsumir o enfrentamento da questão social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marina. Educação Superior e Universidades em tempos de pandemia: alguns apontamentos, In. ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**, Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF, dez. 2006.

CHAUÍ, Marilena. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, 4(3),1999. Disponível em <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063>, acesso em 14.08.2022.

DUARTE, Janaína; LIMA, Kátia; PRESTES, Livia; QUEIROZ, Viviane de. Fundo patrimonial e precarização da universidade pública: a agenda do capital para a educação superior brasileira, In. PEREIRA. Larissa Dahmer; BARBOZA. Douglas Ribeiro (Orgs). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil:**

dilemas atuais em um país de capitalismo dependente; 1a Edição Eletrônica; Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da educação do campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GOUVÊA, Marina Machado. A culpa da crise não é do vírus. In. MOREIRA. Elaine *et al* (Orgs.). **Em tempos de pandemia**: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais, Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. ISBN 978-65-86155-01-3 (versão online).

LIMA. Kátia. Educação superior brasileira nas primeiras décadas do novo século. In. PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (orgs.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. A Formação em Serviço social no Brasil: problematizando os desafios do tempo presente, In. GUIMARÃES. Gleny Terezinha Duro; MACIEL. Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON. Beatriz (orgs.), **Neoliberalismo e Desigualdade Social**: reflexões a partir do Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura mundial de crise, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, out./dez. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior e a crescente desigualdade social no Brasil em tempos neoliberais, in. PEREIRA. Larissa Dahmer; BARBOZA. Douglas Ribeiro (Orgs). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil**: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente; 1a Edição Eletrônica; Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio In. TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Política de assistência social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 13-16.

_____. A dimensão política do trabalho do assistente social, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2013.